

REGIMENTO DA UFRRJ EM DISCUSSÃO

Em audiência pública no Gustavão, representantes da comunidade da UFRRJ em Nova Iguaçu exigem ampliação do debate



FOTOS: Aline Pereira

Representantes da comunidade da UFRRJ em Nova Iguaçu estiveram em audiência pública ocorrida no último dia 2 de junho, no Gustavão, para exigir o adiamento do processo de apreciação e votação do Regimento Geral da Universidade e a ampliação da Comissão de sistematização deste documento. Há algum tempo, professores, técnicos e estudantes do Instituto Multidisciplinar (IM) têm demonstrado insatisfação em relação ao novo Estatuto da UFRRJ, que, segundo eles, “não define e nem caracteriza a estrutura e organização dos *campi* fora da sede”.

Na audiência do dia 2 de Junho, a Profa. Mônica Martins relatou que a comunidade do IM, em assembléia do dia anterior, deliberou pelo adiamento da votação do regimento, cobrando a ampliação da representatividade

dos todos os *campi* na Comissão e também no Conselho Universitário - CONSU.

No final de maio, a comunidade da UFRRJ em Nova Iguaçu divulgou um documento aprovado em assembléia do dia 23 daquele mês, que tem circulado pela Internet na forma de petição *on line*. O documento retrata a nova realidade *multicampi* da UFRRJ ao clamar pela descentralização administrativa da instituição, que, além de estar em Seropédica e em Nova Iguaçu, também é formada pelos *campi* de Três Rios e Campos dos Goytacazes.

Segundo esta petição divulgada pela comunidade da Rural em Nova Iguaçu, “a descentralização de setores chaves é essencial para a boa gestão da universidade como um todo. Lembramos que o *campus* de Nova Iguaçu tem de cerca de 2250

alunos, representando, portanto, 20% dos alunos da UFRRJ. Temos 163 professores (17% do corpo docente da UFRRJ) e 65 de servidores técnicos. Possuímos 11 cursos de graduação regular, correspondentes também a 20 % dos cursos da Universidade, bem como um curso de graduação a distância, 2 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (*intercampi*) e 1 curso de pós graduação *lato sensu*. Não regulamentar no estatuto e no regimento nosso trabalho cotidiano inviabiliza o funcionamento e a eficiência do nosso próprio *campus*, e leva ao inchaço dos setores da própria sede, que se ocupa de 1/5 da Universidade, cujas funções poderiam ser otimizadas, caso fossem descentralizadas, como ocorre em vários *campi* de Universidades Públicas do país. Nossas reivindicações objetivam não apenas a melhoria das nossas condições

de trabalho, mas a manutenção da qualidade da UFRRJ em geral, da qual somos parte integrante, acreditando que nossas contribuições tenham eco em toda a comunidade”.

De acordo com a Profa. Mônica, o documento já conta com cerca de 1200 assinaturas. “A Rural cresceu e tem que dar conta da nova realidade. Como bem disse um colega, pelo modelo de Estatuto que está sendo apresentado, parece que usamos uma roupa que não cabe”, disse.

A comissão de sistematização esteve representada, naquela audiência, pelos professores Antônio Nogueira e Eduardo Callado, que, por meio de um telão, apresentaram cada artigo do novo modelo do documento.

Um deles (artigo 7º), que versa sobre o direito ao veto do Reitor da Universidade, foi motivo de crítica do plenário. A Pró-Reitora de Graduação, Profa. Nídia Majerowicz, afirmou que, apesar de estar participando de todas as instâncias de discussão sobre o tema, não se lembra de ter visto menção ao referido artigo em ocasiões anteriores. “As informações não podem estar truncadas. Se a Universidade não tiver o desenho institucional adequado, vai padecer. Sou a favor de um estatuto que garanta a organicidade dentro de cada *campus*”.

Breve histórico do debate sobre o estatuto da UFRRJ

De acordo com a Profa. Celia Regina Otranto, que integrou a primeira comissão de sistematização do estatuto da UFRRJ, a proposta encaminhada foi significativamente reformulada pelo CONSU. Ela não corresponde ao modelo anterior, construído coletivamente.

“Quando participei da comissão de sistematização do estatuto, havia representantes de cada *campi* da Universidade e dos três segmentos (ADUR-RJ, SINTUR-RJ e DCE) da instituição. Realizamos várias audiências públicas e protocolamos o documento final para encaminhamento ao CONSU. Espero que a Comissão retome as contribuições que vieram dos *campi* na proposta anterior. Que se prorogue o tempo de discussão, pois, se esperamos 35 anos para alterar o estatuto da Universidade, podemos esperar mais um pouco para apresentar um documento que dê conta da Rural *multicampi*”, disse.



Editorial

Desde o início do processo de discussão da reestruturação do estatuto da UFRRJ, a ADUR-RJ participa com contribuições e acima de tudo, com radicais demandas para que a sua comunidade tivesse acesso aos debates e a todos os processos decisórios.

Participou, com deliberação de assembleia, da comissão expandida do COG (Comissão Organizadora Geral da Reforma do Estatuto e Regimento Geral), cujo documento final reconhecia a natureza multicampi da UFRRJ, apontando para uma estrutura mais adequada a nova realidade e capaz de sustentar os princípios de universidade autônoma, laica e de qualidade que sempre defendemos. A ADUR-RJ também reconhece os outros movimentos que aconteceram durante o processo, entre eles a “Universidade Democratizante”, que teve como ponto de referência o Prof. Roberto Moreira do ICHS-DDAS. Ambos, após cerca de um ano de debates, protocolaram suas colaborações.

O CONSU nomeou então uma comissão que deveria ter como objetivo sistematizar as propostas apresentadas, isto é, buscar pontos consensuais e apontar, para debate posterior e público, as divergências. Entretanto, na nossa avaliação, este objetivo não foi atendido. A referida comissão produziu uma terceira proposta de estatuto e a submeteu ao CONSU para aprovação. A ADUR alertou de forma radical o erro político sério que estava sendo cometido caso este documento fosse aprovado sem o devido debate. Apontávamos a existência de tensões em especial no ambiente das pós-graduações e dos campi.

Estes alertas não encontraram eco no CONSU: o estatuto foi aprovado com o voto de todos os Diretores e com silencioso apoio da Reitoria.

Iniciou-se nova batalha: a da reforma do regimento da UFRRJ. A mesma comissão propôs apenas 30 dias de debates (!). Novamente a ADUR se posicionou contrária a tal iniciativa. O argumento era o mesmo: a comunidade deveria conceder legitimidade aos documentos legais, e tal apenas ocorreria se houvesse ampla participação nos processos de discussão e deliberação. Ademais, as tensões detectadas quando da aprovação do Estatuto, continuavam latentes e cada vez mais radicalizadas.

O resultado foi o que esperávamos. A comunidade universitária começou a questionar a limitação dos prazos. Um dos ambientes acadêmicos mais mobilizados da UFRRJ, o IM, ocupou a plenária do dia 2 de Junho, e se fez ouvir.

Os colegas da base do IM, a nosso ver com uma base de argumentos plausíveis, tornaram transparentes não apenas o questionamento do processo que levou à produção dos documentos legais, sem respaldo da comunidade universitária, mas, mais importante, um Estatuto e um Regimento que já nascem com problemas, a não ser que o próprio estatuto, recém aprovado, seja alterado em seu aspecto mais fundamental: a definição mesmo do status administrativo e acadêmico que os campi terão, em especial os novos, IM e Três Rios.

Esperamos que o CONSU reconheça o tremendo erro de avaliação realizado quando decidiu aprovar sem os devidos cuidados e a “toque de caixa” os nossos documentos mais importantes: o Estatuto e, agora, o Regimento.

Diretoria da ADUR-RJ S. Sind.

Nova Iguaçu, 27 de maio de 2011.

Aos Conselheiros do CONSU da UFRRJ

Nós, membros da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sediados no Campus de Nova Iguaçu, solicitamos, em caráter de URGÊNCIA, ampliação do prazo para as discussões sobre o novo Regimento da UFRRJ e a reconfiguração dos membros da Comissão de Sistematização. Tal solicitação tem como principal preocupação a criação de condições adequadas, frente à complexidade da situação atual da nossa universidade e o zelo requerido, para garantir a qualidade do processo democrático de discussão e deliberação do Regimento Geral. Esclarecemos que a mobilização nasceu de forma instituinte, a partir do desejo de alguns membros do campus Nova Iguaçu em discutir mais sua realidade, através do convite destes membros para reuniões, logo havia um número maior de pessoas debatendo e organizando ações em prol de um regimento que reflita a realidade multicampi da UFRRJ. Também as instâncias formais do IM reconheceram a importância deste processo, que foi apoiado unanimemente pelos membros do CONSUNI do IM em reunião em 23 de maio de 2011, que se uniu à atividade instituinte em seus abaixo-assinados. Respalda-se, portanto, na configuração do corpo instituinte e institucional deste campus. Para tanto, apresentamos os seguintes argumentos:

1-A complexidade da constituição de um novo Regimento para a Universidade é objeto de várias demandas, sobretudo quando tratamos de uma instituição com realidade multicampi, na qual vários aspectos constituem novidades em relação ao regimento anterior. A inauguração de novos campi na UFRRJ traz uma experiência nunca antes vivida pelos diversos setores da instituição. Uma avaliação criteriosa sobre esta experiência é fundamental para que o novo regimento apresente uma estruturação clara de forma a possibilitar o bom funcionamento dos quatro campi da Universidade em harmonia, considerando as condições funcionais de cada um, em particular os fora da sede. Ouvir, discutir e incorporar as demandas das propostas apresentadas por cada campus é conditio sine qua non para a elaboração de um Regimento que contemple a situação real da universidade e lhe dê a dinâmica necessária para a realização das suas atividades-fins (ensino, pesquisa e extensão), tendo em vista que nos últimos anos ela sofreu alterações significativas e que exige maior dinamismo da sua estrutura acadêmica e administrativa.

2-O campus de Nova Iguaçu encaminhou uma proposta para o novo Regimento, protocolada nos prazos determinados pela Comissão de Sistematização. Este prazo é exíguo e não corresponde às condições necessárias para um debate apropriado e viável frente a complexidade estrutural e funcional da realidade multicampi da nossa universidade. Esta exiguidade de tempo fez com que o

campus de Nova Iguaçu protocolasse uma proposta sem a devida profundidade da discussão. Apesar de todo o esforço para apresentar sua proposta, constatamos que o documento apresentado pela Comissão de Sistematização para as audiências públicas não contempla em nenhum aspecto a proposta apresentada pelo campus de Nova Iguaçu, se limitando apenas a reproduzir os itens que constam no estatuto, quando sabemos que no regimento podemos ir mais além do que está o estabelecido na estrutura, para um melhor funcionamento e desempenho desta. Isto, em certa medida, prejudica a discussão ampla em toda a comunidade da UFRRJ de nossa maior necessidade: as setorizações. Vários membros dos três segmentos do campus de Nova Iguaçu estão comparecendo às audiências sobre o Regimento da UFRRJ, deslocando-se para as várias unidades, na tentativa de garantir a apresentação desta demanda democraticamente, uma vez que ela foi desconsiderada na proposta síntese.

3-Soma-se a isso, o fato que a estrutura para os campi fora de sede apresentada no documento síntese está longe das reais necessidades do campus de Nova Iguaçu da UFRRJ. O que consta no documento não resulta de nenhuma discussão com a comunidade do campus em questão. Nada diz sobre a maior e principal reivindicação que são as setorizações das pró-reitorias nos campi fora de sede conforme a realidade e necessidade de cada um deles. Assim, seremos dotados de condições apropriadas (materiais, financeiras, humanas, em suma administrativas, dentre outras) para melhor desempenho das funções acadêmicas com relativa autonomia, assim como em outros campi de Universidades Federais Multicampi do País, de modo que melhore o bem estar da sua comunidade e alivie o campus sede de parte das obrigações hoje a ele pertinentes. A descentralização de setores chaves é essencial para a boa gestão da universidade como um todo e não regulamentar isto no regimento inviabiliza o funcionamento e a eficiência do campus fora de sede e leva ao inchaço dos setores desta, que se ocupa de 1/5 da Universidade, cujas funções poderiam ser otimizadas, caso fossem descentralizadas.

4-Não há nenhum membro representante dos campi fora de sede na comissão de sistematização hoje. Representamos 20% da UFRRJ. Hoje, o campus de Nova Iguaçu tem de cerca de 2250 alunos, representando 20% dos alunos da UFRRJ, além de 17% do corpo docente (163 professores) e 65 de servidores técnicos. Soma-se a isso, a existência de 11 (onze) cursos de graduação regular, correspondentes também a 20 % dos cursos da Universidade, 01 (um) curso de graduação a distância, 2 (dois) cursos de pós-graduação stricto sensu (intercampi) e 1 (um) curso de pós-graduação lato sensu. Apesar de reconhecermos a competência dos membros nomeados para a Comissão, a proposta síntese não foi reconhecida pela

comunidade do campus de Nova Iguaçu como compatível com nossas dificuldades atuais, e nem respaldada por nossas experiências cotidianas. Isso foi discutido em assembléia geral do Campus de Nova Iguaçu em 23 de maio de 2011, com a presença de mais de 300 pessoas, representantes dos três segmentos da instituição. Nesta ocasião definimos apresentar esta solicitação de adiamento do prazo de discussão, sistematização e votação do Regimento da Universidade. Também foi elaborado abaixo-assinado e postado na internet, como forma de chamar a atenção para nossas reivindicações. Já tínhamos divulgado um abaixo assinado por escrito, no qual estão sendo recolhidas assinaturas desde o início do mês de maio, para ser entregue no dia da Audiência Pública no IM, em 01 de junho, para a Comissão de Sistematização do Regimento. Seguem os textos dos dois abaixo assinados em anexo.

Por ora, acreditamos que os Senhores membros do CONSELHO UNIVERSITÁRIO na condição institucional de representantes de toda a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos diversos segmentos que a compõe, sejam sensíveis às demandas desta mesma comunidade e considerem os argumentos acima. Nossas reivindicações são legítimas e objetivam não apenas a melhoria de condições de trabalho, mas a manutenção da qualidade da UFRRJ em geral, da qual somos parte integrante. Não ABRIMOS MÃO DE SER RURAL! Acreditamos que os questionamentos acima, somam-se a outros que repercutem por toda a comunidade e setores internos da nossa Instituição. Portanto, tendo em vista o caráter deste Conselho em sua prerrogativa de zelar pelo estabelecimento das boas condições de funcionamento da UFRRJ, esperamos que atendam, o mais rápido possível, nosso pedido de prorrogação do prazo para elaboração do novo regimento, incorporando ainda o aumento da representatividade dos campi e dos três segmentos da universidade na Comissão de sistematização do Regimento. Com isso, poderemos abrir um diálogo mais aprofundado e apropriado sob ponto de vista democrático.

Desde já a comunidade da UFRRJ sediada no Campus de Nova Iguaçu externa respeito e consideração por todos, sem exceção. Esclarecemos que a mobilização nasceu de forma instituinte, a partir da necessidade que alguns membros do campus Nova Iguaçu sentiram de discutir mais sua realidade, mesmo que o calendário institucional de submissão de propostas para o estatuto tenha esgotado seus prazos. Através do convite destes membros para reuniões, logo havia um número maior de pessoas debatendo as necessidades do campus no processo regimental. Também as instâncias formais do IM reconheceram a importância deste processo, recebendo o apoio do CONSUNI do IM, que se uniu à atividade instituinte em seus abaixo-assinados.

Comissão Mobilizadora do Movimento a UFRRJ em NOVA IGUAÇU É UM CAMPUS

*"Se quiser chegar rápido, vá sozinho. Mas, se quiser ir longe, vá com muitos"
(provérbio africano)*

ANDES-SN e MEC estabelecem agenda de negociação

Temas como a necessidade de vagas docentes, a crise nos CAP/Cefet e a necessidade de mais recursos para a Educação já foram introduzidos nesta primeira reunião

O ANDES-SN e a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) estabeleceram uma agenda comum para discussão de temas de interesse dos docentes, em audiência realizada em 2/6, com o secretário da Educação Superior, Luiz Cláudio Costa. Na audiência, governo e sindicato abordaram preliminarmente temas como a crise nas instituições federais de ensino (IFE), envolvendo os Colégios de Aplicação (CAp), Centro Federais de Educação Tecnológica (Cefet) e as universidades que padecem com a falta de professores, funcionários, salas de aula e demais obras de infra-estrutura.

A presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto, repassou ao secretário a pauta de reivindicação da categoria, já protocolada anteriormente no órgão, que inclui a proposta de Plano de Carreira do Professor Federal. Ela também entregou uma proposta de agenda de discussões formulada pelo sindicato docente, além de cópia do livro e da revista publicados em alusão aos 30 anos do ANDES-SN. "Nós gostaríamos de ressaltar que, apesar de termos mantido conversações com várias outras entidades para encaminhar nossas pautas, consideramos o MEC o principal interlocutor do nosso Sindicato", afirmou.

Como pauta inicial para o debate entre as entidades, o ANDES-SN propôs os temas Carreira Docente, Expansão das Ifes, CAp/Cefet, situação da pesquisa (Capes/CNPq) e consórcio das universidades federais mineiras. Luiz Cláudio Costa agradeceu a presença dos dirigentes sindicais, se comprometendo a fixar imediatamente a agenda de discussões com temas e datas pré-definidas.

Recursos para a educação

O secretário ressaltou que não houve contingenciamento de recursos para a Educação em 2011. "Nós pedimos às instituições que pudessem economizar 10% dos recursos, mas estamos liberando este dinheiro para todas as universidades que nos pedem", justificou.

Ele também garantiu que há recursos disponíveis para que todas as obras de expansão do Reuni sejam concluídas dentro do prazo final do programa, que é 2012. "Há problemas pontuais em alguns lugares porque a construtora faliu e a legislação não permite que o reitor contrate outra, por exemplo. Mas já estamos com 1,6 milhões

de metros quadrados de obras concluídas e iremos construir mais 3,5 milhões de metros quadrados até o final de 2012", acredita.

Questionado sobre o excesso de terceirizações nas universidades e nos hospitais universitários, o secretário se dispôs a fazer uma reunião com ANDES-SN, Fasubra (Federação dos Trabalhadores das universidades) e Andifes (entidade que reúne os reitores), inclusive apresentando dados concretos sobre o orçamento das IFE, com o objetivo de buscar soluções para o problema.

Vagas para docentes

O secretário afirmou que sua equipe vai encaminhar ao gabinete da presidente Dilma, ainda está semana, uma proposta de Projeto de Lei que cumpre as demandas de compromissos assumidos com a Andifes e que também corrige assimetrias específicas, como nos casos em que a relação aluno X professor está acima da média prevista ou onde há abertura de novos cursos. Segundo ele, serão um total de 5764 vagas, sendo 3.591 para este ano (já previstas na MP 525/11) e outras 2.173, para 2012. Ele disse que pretende ainda, no escopo deste projeto, incluir a questão das funções gratificadas.

Ainda durante a reunião, o secretário assinou o ato que corrige um erro no anexo ao decreto que fixou o banco de professor equivalente, já que o mesmo não havia considerado os ingressos posteriores a 2007. A correção resultará em ampliação de coeficiente para todas as instituições federais de ensino superior.

CAp/Cefet

O debate sobre os CAp/Cefet foi dividido em três temas: a natureza dos CAp, a necessidade de cargos docentes e a crise dos professores substitutos. O secretário garantiu que o governo não abrirá mão de que os CAp sejam parte das universidades, pela importância estratégica na vinculação com as licenciaturas para a formação de novos professores e como referência



FOTO: ANDES-SN

de qualidade. Segundo ele, o tema está colocado para debate entre os reitores e os diretores dos colégios.

Em relação aos cargos tanto dos CAp como dos Cefet, Luiz Cláudio assegurou que sua equipe está mapeando a situação nacional para propor um banco de professores equivalentes específico para o setor. Ele adiantou que a Sesu já está liberando algumas vagas que dispunha para 3º grau e negociando com Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) vagas da carreira Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) para resolver situações emergenciais. "Mas precisamos ter uma pactuação de metas, da mesma maneira que já está sendo praticada nos outros setores das universidades e institutos federais", acrescentou.

Já o problema dos substitutos está sendo tratado emergencialmente como uma situação de crise. "Esperamos ainda para esta semana a publicação de uma portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que autorizará a cobertura das necessidades dos CAp, do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), do Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Colégio Pedro II".

Carreira docente

O secretário declarou ter orientado a suspensão de qualquer encaminhamento do projeto de carreira que estava sendo trabalhado por outras áreas do governo, concordando com a proposta do ANDES-SN de iniciar a negociação por este tema, já na próxima reunião, marcada para 15/6.

FONTE: Najla Passos/ Imprensa ANDES-SN